

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE REFERÊNCIA
PROPOSTA DE LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DO PATRIMÔNIO
NATURAL E CULTURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
(VERSÃO PRELIMINAR)

7000650

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

TERMO DE REFERÊNCIA
PROPOSTA DE LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DO PATRIMÔNIO
NATURAL E CULTURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
(VERSÃO PRELIMINAR)

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

TERMO DE REFERÊNCIA
PROPOSTA DE LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DO PATRIMÔNIO
NATURAL E CULTURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
(VERSÃO PRELIMINAR)

FEVEREIRO/1986

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Orlando Caliman

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Ana Bernardes da Silveira Rocha

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Manoel Rodrigues Martins Filho

EQUIPE TÉCNICA

SUPERVISÃO

Antonio Luiz Caus - Coordenador Técnico

ELABORAÇÃO

Carlos Alberto Feitosa Perim

José Jacyr do Nascimento

Maria Heloisa Dias Figueiredo

Miriam Santos Cardoso

Robson Luiz Pizziolo

Carlos Roberto Coimbra de Oliveira

COLABORAÇÃO

Paulo Américo Fraga Rodrigues

José Luiz Gobbi Fraga

APRESENTAÇÃO

Este termo de referência consiste numa proposta de levantamento, cadastramento e caracterização do Patrimônio Natural e Cultural de todo o Estado do Espírito Santo que pretendemos realizar nos anos de 1986 e 1987 através de Convênio de Cooperação entre SEDU e IJSN.

Entende-se por patrimônio Natural, os ecossistemas importantes para o equilíbrio ecológico de determinada área ou região, ou elementos localizados na natureza de importância para a população como referenciais contemplativos ou de lazer e que conformam a paisagem local.

O Patrimônio Cultural, ou o conjunto de valores resultantes das atividades humanas que se manifestam através da cultura popular, em suas variadas formas de apresentação e, tradicionalmente repassadas às gerações futuras, deverão merecer especial destaque nesse trabalho.

Esta proposta pretende, além da identificação, reconhecimento, valorização e preservação das riquezas naturais e culturais do Estado, desencadear um processo de descentralização do planejamento através da articulação e formação de recursos humanos em cada localidade pesquisada.

Após avaliação e aprovação do presente termo, que esperamos se dê sem problemas, deverão ser firmados convênios de cooperação técnica e financeira entre os órgãos interessados e o IJSN, definindo as contribuições e obrigações de cada uma das partes.

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	07
2. OBJETIVOS	11
3. METAS	13
4. METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO	15
5. ESTRATÉGIA DE AÇÃO	19
6. ETAPAS/FASES/ATIVIDADES/ÓRGÃOS ENVOLVIDOS/EQUIPE PRODUÇÃO/ TEMPO PREVISTO	21
7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	22
8. CUSTOS	23

Após longos anos de obscurantismo sopram os ventos de esperança e começam a florescer perspectivas de reconstrução de nossa sociedade em bases democráticas. Nesse contexto assume especial importância o estabelecimento de novos processos educativos voltados para nossa realidade.

Sem dúvida nenhuma, um dos principais elementos para a operacionalização dos objetivos de integração Escola-Comunidade é o conhecimento e utilização do patrimônio natural e cultural de nossa gente.

Por outro lado, as urgentes medidas que se mostram necessárias para a preservação deste patrimônio, ameaçado muitas vezes por ações alienígenas, que degradam e ultrajam nossos valores naturais e culturais, não podem prescindir de um levantamento sistemático das manifestações culturais de nossa gente e dos sítios ecológicos de valor paisagístico de nosso Estado.

Esse levantamento é a base sobre a qual poderão se efetuar as mais variadas ações no campo cultural, educacional, ecológico e urbanístico, tais como: Programas de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, Integração Escola-Comunidade, Divulgação de nossa Cultura e do Patrimônio Natural através da produção de documentários em filmes, vídeo, discos, festivais, cartilhas, roteiros turísticos, pesquisas e estudos de flora e fauna, entre outras, visando o estabelecimento de políticas de valorização e defesa deste patrimônio, seja no campo da educação, do desenvolvimento econômico ou da urbanização, embasadas no conhecimento científico de nossa realidade e no anseio de nosso povo.

Procuramos organizar o trabalho de forma a viabilizar o mais rápido possível a utilização de seus resultados. Assim, após a fase de planejamento, inicia-se um processo em que até agosto/86 serão localizados, listados e mapeados as principais manifestações culturais e os sítios que por seu valor cultural ou ecológico merecem preservação, com a publicação do Catálogo até final de outubro/86.

A partir de então, os professores e agentes da área educacional, protcionista, turística, urbanística, etc., terão em mãos um rico material para fundamentar sua programação de 1987.

Após essa fase de levantamento, serão caracterizados através de cadastramento sistemático todas as manifestações de importância do patrimônio natural e cultural do Espírito Santo cujas prioridades deverão ser adequadas às definições políticas do momento, de forma a garantir uma vinculação entre a pesquisa e as necessidades imediatas de intervenção.

No que se refere ao Patrimônio Natural deverão ser levantados prioritariamente as paisagens típicas, os acidentes geográficos, os remanescentes florestais e os refúgios biológicos. Esses levantamentos deverão servir para a criação de uma legislação municipal de uso e ocupação do solo; tombamento e/ou desapropriação das áreas de interesse ambiental e paisagístico, e contribuir com sugestões de aproveitamento e uso do patrimônio levantado, visando estabelecer critérios para a efetiva consolidação da política ambiental do Estado ou dos municípios.

Ao nível de levantamento do patrimônio cultural, a meta principal é a identificação de todas as manifestações artísticas, religiosas e folclóricas, com especial ênfase àquelas que, embora sendo de rico valor cultural de nosso povo não se encontram registrados nos compêndios oficiais e muito menos reconhecidos e valorizados pelo papel que exercem e merecem.

Nesse sentido, esse trabalho deve se voltar para o reconhecimento de to das as organizações populares, onde informalmente estão consolidados va lores que se manifestam através de costumes, serviços de comunicação, gru pos étnicos, espaços culturais, manufaturas e bens históricos imóveis.

Para a compreensão de como todos esses itens anteriores foram se forman do, será importante tentar reconstituir a história oral, das localidades pesquisadas, como forma de se compreender a realidade cultural de nosso povo relacionando-a ao processo social e econômico global.

Na elaboração do projeto deverá se levar em consideração que o objeto a ser pesquisado sofre um processo constante de modificação.

Assim, a cultura não é estática, pelo contrário, as formas que assume em cada momento são sempre, resultado de um movimento permanente de transfor mação na luta dos homens pela sobrevivência e na busca de melhores condi ções de vida. Toda manifestação do homem é cultura¹.

Para se garantir que a sucessão de transformações não apaguem o legado histórico dos mais antigos, é que deverá se envolver durante a operaciona lização do projeto, os agentes culturais locais. Esse envolvimento irá permitir a formação de quadros locais que serão os responsáveis pela con tinuidade e atualização das informações levantadas.

A afirmação de uma política de Ação Cultural e Ambiental dos órgãos pú blicos e/ou comunitários, bem como o incremento do turismo no Estado à partir das informações levantadas e cadastradas, são metas finais que nortearão o desenvolvimento e operacionalização dessa proposta. Tais me

¹Projeto - História e Estórias de Nossa Terra e Nossa Gente - Carlos Al berto Feitosa Perim et ali. 1982, IJSN/DEC - (Mímeo).

tas poderão ser alcançadas num segundo momento através de novos convênios entre o IJSN e órgãos públicos, empresas privadas e outras entidades interessadas na elaboração de planos, projetos e/ou políticas culturais e ambientais.

2.

OBJETIVOS

2.1. OBJETIVOS GERAIS

1. Fortalecer a identidade cultural da população capixaba.
2. Divulgar e valorizar o patrimônio natural e cultural do Estado do Espírito Santo.
3. Conscientizar a população e órgãos competentes, da necessidade de preservação e valorização do patrimônio natural do Estado.
4. Fornecer subsídios para políticas, projetos, planos e ações setoriais de órgãos e/ou entidades de iniciativa pública, privada e/ou comunitária.
5. Instrumentalizar o setor educacional para atuação no setor cultural e natural.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar e levantar o patrimônio natural e cultural do Estado do Espírito Santo.
2. Caracterizar o patrimônio natural e cultural do Espírito Santo.
3. Fornecer subsídios aos órgãos responsáveis para o tombamento e/ou preservação dos bens móveis e imóveis de destaque a nível local ou regional.

4. Incentivar e subsidiar a criação de órgãos e/ou entidades para atuação no âmbito cultural e ambiental, a nível local.
5. Viabilizar, prioritariamente através das escolas, a divulgação e valorização do patrimônio natural e cultural da região e do Estado.

3.

METAS

-
- I - Elaboração e Edição dos **Catálogos** Estadual e Municipais do Patrimônio Natural e Cultural do Estado do Espírito Santo a ser concluído até outubro de 1986, contendo uma listagem, com referência para contato, dos seguintes aspectos.
- a) Bens Históricos Imóveis
 - b) Manifestações Artísticas
 - c) Manifestações Folclóricas
 - d) Organizações Populares
 - e) Organizações Religiosas
 - f) Grupos Étnicos
 - g) Serviços de Comunicação
 - h) Espaços Culturais
 - i) Entidades e Órgãos
 - j) Paisagens Típicas
 - l) Acidentes Geográficos
 - m) Remanescentes Florestais
 - n) Refúgios Biológicos
 - o) Outros
- II - Elaboração e Edição dos **Cadastros** Estadual e Municipais das manifestações Catalogadas na Meta I, com Diagnóstico do Patrimônio Natural e Cultural do Estado do Espírito Santo.
- III - **Estruturação de órgãos e/ou entidades locais** (Conselhos Municipais de Cultura, Associações, Fundações, Casas de Cultura, etc.) para atuação no âmbito natural e cultural.
- IV - Elaboração de **projetos de preservação e divulgação** do Patrimônio Natural e Cultural do Estado do Espírito Santo.

V - Elaboração de **programas e projetos educacionais** para divulgação e valorização do Patrimônio Natural e Cultural local, Regional e Estadual.

4.

METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO

O Levantamento e Cadastramento do Patrimônio Natural e Cultural do Estado do Espírito Santo abrangerá os seus 58 municípios, incluindo áreas Urbanas e Rurais.

Buscando incentivar a participação das comunidades garantindo maior aproximação da realidade estudada e agilização na execução do projeto, é que está previsto a absorção de recursos humanos locais em todas as etapas de trabalho.

Nesse sentido, sendo o objeto de estudo-Patrimônio Natural e Cultural -, e entendendo a Educação e a Cultura como forças matrizes no avanço da sociedade, não podendo portanto, estarem dissociadas, optou-se pelo envolvimento de professores a serem requisitados através dos núcleos Educacionais Regionais ou subnúcleos educacionais municipais para composição das equipes locais que irão realizar os levantamentos de campo. Deverão ser também envolvidos técnicos da EMATER, através de seus escritórios regionais para assessorarem no levantamento dos bens naturais.

Tal procedimento permitirá que o trabalho adquira uma dinâmica progressiva, fazendo com que seu produto possa ser sempre revisto e atualizado.

A execução do projeto deverá se processar pelas seguintes etapas:

PRIMEIRA ETAPA: PLANEJAMENTO

Esta primeira etapa consiste no detalhamento da presente proposta e na definição do referencial teórico e metodológico para desenvolvimento do projeto. Nessa fase, serão portanto definidas, juntamente com os consultores especializados, a conceituação dos aspectos a serem levantados e a metodologia para execução do trabalho. Precede à tais atividades a assinatura de convênios, definição da estratégia de execução e dos recursos fi

nanceiros e humanos, especialmente da Equipe Central que coordenará to do o trabalho.

SEGUNDA ETAPA: Catálogo

META I - Elaboração e Edição dos Catálogos Estadual e Municipais

Após a conceituação dos aspectos a serem pesquisados e definição da meto dologia de trabalho, serão preparados os formulários para levantamento de campo.

Num primeiro momento será feito um levantamento preciso de todos os aspec tos culturais e naturais que já se encontram cadastrados em nosso esta do, para em seguida serem checados e complementados através da pesquisa de campo a ser realizada pelas equipes locais (Técnicos da EMATER e pro fessores da SEDU), sob a coordenação e orientação de Equipe Central do projeto. As equipes locais deverão ser previamente treinadas, para que através de experiência ou do conhecimento que possuem da Região, e de contatos com outras pessoas das localidades, possam elaborar a listagem do patrimônio Natural e Cultural.

Como produto dessa etapa, será dimensionado o universo da pesquisa, ela borado um catálogo ilustrado com mapeamento dos bens Naturais e Cultu rais listados. Este produto estará concluído em outubro de 1986 e será colocado à disposição dos órgãos interessados para aproveitamento dos re sultados obtidos nessa primeira meta. O catálogo será permanentemente atualizado pelas equipes locais, treinadas para tal fim, contribuindo pa ra difusão de idéias que venham incrementar a atividade cultural e sua animação através dos agentes culturais.

TERCEIRA ETAPA: Caracterização

META II - Elaboração do Cadastro Estadual e Municipal do Patrimônio Natural e Cultural do Estado do Espírito Santo

Partindo da listagem elaborada na META I, esta terceira etapa do trabalho consistirá numa caracterização pormenorizada dos bens naturais e cultu

rais existentes que deverá ser analisada e compilada em cadastros, que estarão prontos para utilização até julho de 1987.

Ainda como produto dessa meta, deverá ser apresentado um diagnóstico da situação cultural e ambiental do Estado, com mapeamento do patrimônio cadastrado, em condições de subsidiar ações emanadas das políticas públicas, à partir de programas e projetos de interesse da administração estadual e municipal.

A equipe local deverá ser acrescida de técnicos especializados, conforme a necessidade e natureza dos aspectos a serem caracterizados.

QUARTA ETAPA: Estruturação e Programação para Atuação no Âmbito dos Setores Ambiental e Cultural:

META III - Estruturação de Órgãos e/ou Entidades Locais

META IV - Elaboração de Projeto de Divulgação e Preservação do Patrimônio Natural e Cultural do Estado do Espírito Santo.

META V - Elaboração de Programas e Projetos Educacionais.

Levando-se em consideração a dinâmica do objeto pesquisado, nesta etapa deverá ser implementada a estruturação de setores ou órgãos municipais responsáveis pela manutenção e atualização do Cadastro, e atuação no âmbito do patrimônio Natural e Cultural. No entanto, deverão ser respeitadas as especificidades de cada localidade, podendo ser formados Conselhos Municipais de Cultura, Fundações, Casa de Cultura, entre organismos, conforme as aspirações e tendências locais.

Como forma de garantir o processo de fortalecimento da identidade cultural e de valorização do patrimônio natural e cultural capixaba, deverão ser realizados seminários municipais e estaduais, visando a devolução das informações analisadas e cadastradas à comunidade,

Com base no Cadastro já elaborado, deverá ser promovida, também nesta eta

pa, a articulação das entidades e/ou órgãos estaduais competentes (SEDU, CEC, DEC, ITC, etc.) com os setores e/ou órgãos locais (Prefeituras Municipais, Casas de Cultura, EMC, etc.) para elaboração de projetos executivos e programas de preservação e divulgação do Patrimônio Natural e Cultural de destaque Estadual ou Municipal.

O processo educacional, não deve estar dissociado da realidade ambiental e cultural onde se insere. Dessa forma, a identificação, reconhecimento, preservação e divulgação desse patrimônio, torna-se imprescindível à medida que estabelece as bases para um modelo educacional adequado com a realidade.

O efetivo envolvimento dos setores educacionais na realização desse projeto, é o primeiro passo para se preencher a lacuna existente no ensino, entre o que se ensina e para quem se ensina, possibilitando iniciar processos democratizantes de nossa educação.

Nesse sentido, tem especial importância a participação de todos setores da área educacional e cultural na elaboração de programas e projetos, educacionais que permitam uma correta interação dos agentes educacionais e culturais de cada localidade.

Dessa forma, as escolas e órgãos culturais poderão estar em setembro de 1987, instrumentalizados para colocarem em prática as ações previstas nos setores de educação e cultura de nosso Estado.

5.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para viabilização das etapas descritas anteriormente, deverão ser definidos previamente os seguintes pontos:

. A Nível Institucional

- Avaliação e aprovação da proposta, discutida pelo IJSN, SEDU.
- Negociação e assinatura de Convênio entre IJSN e SEDU e demais órgãos envolvidos (SEAG, EMATER, ITC, EMCAPA, DEC), na realização da Meta I do projeto.
- Contratação de consultores especializados nas áreas de conhecimento abrangidos pelo projeto.
- Formação de Equipe Central.
- Definição de Coordenadores Regionais e equipes locais.
- Envolvimento dos órgãos locais ou regionais: EMATER, ITC, EMCAPA, Núcleos Educacionais Regionais e Subnúcleos Educacionais Municipais, Casas de Cultura, etc.

. A Nível Operacional

Considerando-se as dificuldades financeiras e operacionais que poderão se apresentar no processo de viabilização de Meta II da presente proposta é que são sugeridas as estratégias operacionais a seguir relacionadas:

1. Desenvolver a META II do projeto em todos os 58 municípios do Estado, paralelamente.
2. Desenvolver a META II do projeto, gradativamente, sendo definido previamente as regiões ou grupos de municípios prioritários.
3. Realizar, de início, o trabalho na Grande Vitória, expandindo-se posteriormente para os demais municípios do Estado.

Os recursos humanos e financeiros necessários ao desenvolvimento do projeto deverão se alterar conforme a estratégia definida para a sua execução.

8.2. RECURSOS NECESSÁRIOS - SEDU

- ESTRUTURA DE CUSTOS - PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL

(Cr\$ 1.000)

USOS	SEDU											
	1ª ETAPA			2ª ETAPA								
	JAN/ 86	FEV/ 86	MAR/ 86	ABR/ 86	MAI/ 86	JUN/ 86	JUL/ 86	AGO/ 86	SET/ 86	OUT/ 86	TOTAL	TOTAL *
- Salários 116 Pesquisadores.												
- Encargos Sociais 48.3%												
- Diárias - 580				98.600							98.600	192.270
- Passagens - 116				3.870							3.870	6.804
TOTAL												

OBS.: Valores a serem discutidos com os órgãos responsáveis.

8.3. - RECURSOS NECESSÁRIOS - SEAG/EMATER
 - ESTRUTURA DE CUSTOS - LEVANTAMENTO PATRIMONIO NATURAL E CULTURAL

USOS	SEAG/EMATER											
	MESES/ANO											TOTAL *
	JAN/86	FEV/86	MAR/86	ABRI/86	MAI/86	JUN/86	JUL/86	AGOS/86	SET/86	OUT/86	TOTAL	

Salário - 58 pesquisadores
 10 coordenadores

Encargos Sociais - 48,3%

- Passagem (68)				2.040								2.040	3.3.672
- Diária (340)				57.800								57.800	112.710

Obs.: Valores a serem discutidos com os órgãos responsáveis.